



República de Moçambique



**PROPOSTA DE REVISÃO DO ORÇAMENTO
DO ESTADO PARA 2011**



Maputo, Abril de 2011

Índice

Índice de Gráficos.....	iii
Índice de Quadros	iii
1. Introdução.....	1
2. Execução do Orçamento do Estado em 2010.....	4
2.1. Receitas do Estado	4
2.2. Despesas do Estado	5
3. Avaliação do Impacto da Variação nos Pressupostos Macroeconómicos	8
3.1. Contexto Internacional	8
3.2. Contexto Nacional	10
4. Impacto da Variação dos Pressupostos Macroeconómicos no OE 2011	14
4.1. Impacto nas Receitas do Estado	15
4.2. Impacto no Financiamento Externo	17
4.3. Impacto nas Despesas do Estado	20
5. Despesas Adicionais a Considerar na Proposta de Revisão do OE 2011	22
6. Avaliação do Impacto Macro Fiscal Global.....	24
7. Considerações Finais	27

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Execução das Receitas do Estado em 2010 (% do PIB).....	4
Gráfico 2. Tendência dos Preços Internacionais de Produtos Alimentares (2006=100)	9
Gráfico 3. Índice de Preços dos Produtos Primários (2003=100).....	10
Gráfico 4. Previsão do Financiamento do OE Revisto para 2011.....	25

Índice de Quadros

Quadro 1. Execução das Despesas do Estado em 2010	6
Quadro 2. Pressupostos Macroeconómicos	12
Quadro 3. Previsão de Cobrança de Receitas	16
Quadro 4. Impacto da Taxa de Câmbio sobre o Financiamento Externo	18
Quadro 5. Previsão de Despesas do Estado	21
Quadro 6. Mapa de Equilíbrio Orçamental da Proposta de Revisão do OE 2011.....	26

1. Introdução

O presente documento tem como objectivo apresentar a proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2011, nos termos previsto no nº 1, do artigo 34, da Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado - SISTAFE.

O Orçamento do Estado para 2011, aprovado pela Assembleia da República, através da Lei nº 1/2011, de 5 de Janeiro, foi elaborado num ambiente macroeconómico caracterizado por condições adversas, fundamentalmente pela subida de preços dos alimentos, dos combustíveis e pelo efeito da crise financeira internacional. Esta conjuntura teve repercussões no ambiente económico nacional que resultaram em pressões inflacionárias e variações cambiais significativas (desvalorização da moeda), com reflexos, por um lado, no volume de recursos internos e externos e, por outro lado, nos níveis da despesa pública programada para o mesmo exercício.

Assim, o Orçamento do Estado para 2011 está estimado em 132.403,1 milhões de MT, dos quais 73.274,8 milhões de MT representam as receitas do Estado, correspondente a 19,5% do PIB e 59.128,3 milhões de MT de recursos externos, que representam 43,9% do total do Orçamento.

A meta de receitas do Estado prevista na Lei Orçamental de 2011 foi estabelecida com base nas previsões de colecta de receita do Estado para o ano de 2010, no valor de 59.940,0 milhões de MT, o correspondente a 18,5% do PIB. Contudo, o nível de cobrança atingiu 63.488,7 milhões de MT, o equivalente a 19,7% do PIB. Este desempenho acima das previsões, impõe a necessidade de revisão da meta inicial para 2011 com vista a garantir a

manutenção do compromisso da política fiscal de incremento mínimo anual do rácio de receitas do Estado sobre o PIB de 0,5 pontos percentuais (pp).

Para além dos resultados positivos verificados na arrecadação de receitas em 2010, o PIB vem registando um desempenho acima das previsões iniciais. Ademais, desde o último trimestre de 2010, tem se registado uma variação cambial significativa, decorrendo desde então uma apreciação da moeda nacional e uma subida das taxas de juro internas, o que propicia a revisão dos pressupostos macroeconómicos assumidos aquando da elaboração do Orçamento do Estado para 2011.

Por outro lado, a instabilidade sócio-política que vem flagelando nos últimos meses alguns países do norte de África e do Médio Oriente, maiores produtores do petróleo, está a influenciar a oferta deste produto no mercado internacional, encarecendo o seu preço.

Com base na dinâmica acima descrita, o PIB passará de uma previsão inicial de 375.000,0 milhões de MT para 379.851 milhões de MT, devido ao bom desempenho de sectores como: Serviços Financeiros, Construção, Transportes e Comunicações, Agro-Pecuária e Silvicultura e Indústria Extractiva. A taxa de câmbio passará de 36,7 MT/USD para 32,9 MT/USD.

Para além deste factor, em decorrência das medidas de política monetária restritivas adoptadas para conter as expectativas inflacionárias, espera-se que os encargos da dívida interna registem um incremento considerável.

O aumento que se vem assistindo do preço do barril do petróleo a nível internacional, exercerá pressões sobre os preços dos produtos domésticos, o que sustenta a revisão da meta de inflação de 8,0% para 9,5%.

Apesar da conjuntura internacional adversa, as perspectivas apontam para um aumento da receita interna, o que determinam que o Governo apresente uma proposta de ajustamento do Orçamento do Estado incorporando, por um lado, as implicações resultantes da alteração dos pressupostos macroeconómicos e, por outro, o alargamento da rede e dos programas de assistência social.

Deste modo, as Receitas do Estado passam de 73.274,8 milhões de MT para 79.158,0 milhões de MT, representando um incremento de 5.883,2 milhões de MT, propondo-se uma revisão do Orçamento do Estado para 2011 para 141.757,2 milhões de MT, o correspondente a 37,3% do PIB.

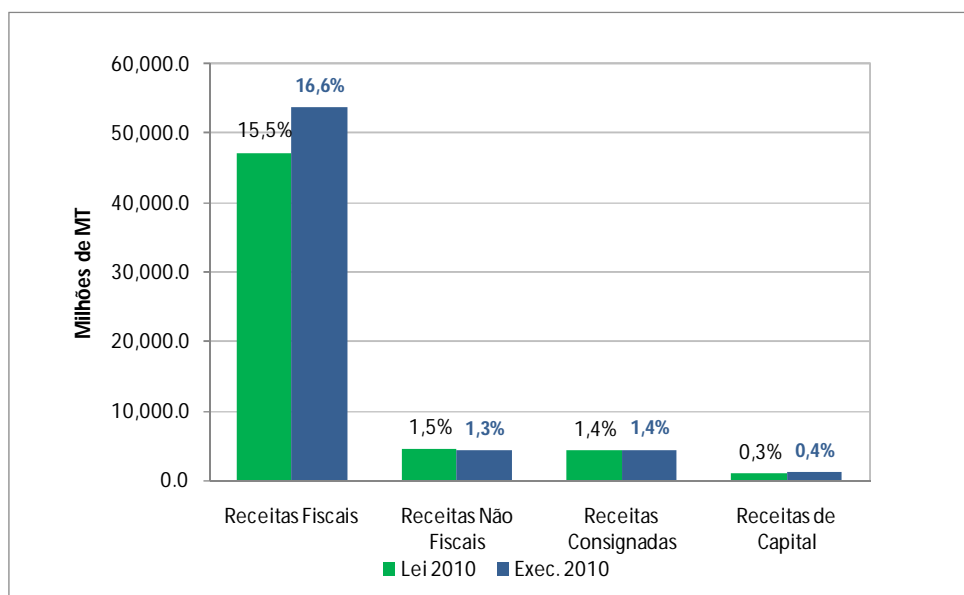
2. Execução do Orçamento do Estado em 2010

2.1. Receitas do Estado

O volume de receitas arrecadadas pelo Estado em 2010 atingiu 63.488,7 milhões de MT, valor acima do plano de cobrança de 57.431,8 milhões de MT. Este desempenho representa uma taxa de realização de 110,3%, situando-se em 19,7%, contra os 18,8% previstos em percentagem do PIB.

Os níveis de realização das receitas do Estado, em percentagem do PIB, alcançaram 16,6% nas receitas fiscais, 1,3% nas receitas não fiscais, 1,4% nas receitas consignadas e 0,4% nas receitas de capital, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 1. Execução das Receitas do Estado em 2010 (% do PIB)



Os principais factores que concorreram para os resultados alcançados no domínio da colecta de receitas do Estado, em 2010, foram os seguintes:

- Modernização da infraestrutura física para a arrecadação de receitas fiscais, factor que tem induzido a uma elevação dos níveis de eficiência e eficácia da administração fiscal e aduaneira;
- Prosseguimento de acções visando alargar a base tributária, incluindo as relacionadas com a implementação do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), destinado a tributar os rendimentos gerados pelos operadores do sector informal;
- Tributação de juros provenientes de operações financeiras e o aumento do volume de importações; e
- Intensificação de acções de educação fiscal, formação e divulgação da legislação fiscal.

2.2. Despesas do Estado

A Lei Orçamental para 2010 fixou um nível de despesas, incluindo as operações financeiras, de 117.977,2 milhões de MT, cerca de 39,0% do PIB. O nível de execução atingiu 104.976,4 milhões de MT, o correspondente a 32,5% do PIB. A execução das despesas correntes em percentagem do PIB foi de 18,3%, menos 0,3 pp do PIB em relação a previsão.

Contribuíram para estes níveis de execução as medidas de contenção e racionalização adoptadas pelo Governo, em Setembro de 2010, nas rubricas de despesas com pessoal, bens e serviços e transferências correntes de 0,7 pp, 0,2 pp e 0,5 pp do PIB, respectivamente, com destaque para as despesas com ajudas de custo dentro e fora do País, passagens aéreas para dentro e fora do País, combustíveis e lubrificantes e comunicações.

A execução dos encargos da dívida situou-se em 0,8% do PIB, mais 0,2 pp acima do previsto, como resultado do pagamento dos custos adicionais do serviço da dívida resultantes das variações cambiais.

A rubrica de subsídios registou um nível de execução correspondente a 1,6% do PIB, 1 pp acima do previsto, decorrente da adopção das medidas de mitigação do agravamento do custo de vida iniciadas em Setembro, consubstanciadas pela manutenção dos subsídios aos combustíveis e a farinha de trigo destinada ao fabrico do pão.

O nível de execução das despesas de investimento alcançou 12,8% do PIB, sendo 5,9% da componente interna e 6,9% da componente externa. A execução das despesas com operações financeiras do Estado em 2010 foi de 1,3% do PIB, dos quais 0,8% foram despesas com operações activas e 0,5% com operações passivas.

Quadro 1. Execução das Despesas do Estado em 2010

	2010 (milhões MT)		2010 (% PIB)	
	Lei	Exec.	Lei	Exec.
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	117,977.2	104,976.4	38.6%	32.5%
Despesas de Funcionamento	57,526.1	59,447.5	18.8%	18.4%
Despesas Correntes	56,993.2	59,224.9	18.6%	18.3%
Despesas com o Pessoal	29,558.6	29,110.1	9.7%	9.0%
Bens e Serviços	10,399.7	10,186.8	3.4%	3.2%
Encargos da Dívida	1,763.0	2,672.9	0.6%	0.8%
Transferências Correntes	10489.5	9447.7	3.4%	2.9%
Subsídios	1,849.8	5,259.1	0.6%	1.6%
Outras Despesas Correntes	2,920.6	2,539.7	1.0%	0.8%
Exercícios Findos	12.0	8.6	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	532.9	222.6	0.2%	0.1%
Despesas de Investimento	55,805.0	41,356.5	18.3%	12.8%
Componente Interna	20,790.6	19,086.9	6.8%	5.9%
Componente Externa	35,014.5	22,269.6	11.5%	6.9%
Operações Financeiras	4,646.0	4,172.5	1.5%	1.3%
Activas	2,795.2	2,494.0	0.9%	0.8%
Passivas	1,850.8	1,678.5	0.6%	0.5%

Não obstante a conjuntura económica desfavorável, registada no ano de 2010, as medidas adoptadas pelo Governo permitiram, conforme o quadro acima aponta, o alcance de um nível de execução das despesas do Estado dentro dos parâmetros fixados pela Lei Orçamental. Com efeito, o reforço dos padrões de eficiência e eficácia na realização da despesa pública, constituíram os factores determinantes para incrementar a oferta de bens e serviços públicos e garantir o equilíbrio nas contas públicas num contexto de austeridade orçamental.

3. Avaliação do Impacto da Variação nos Pressupostos Macroeconómicos

Os pressupostos macroeconómicos assumidos para a programação orçamental de 2011 assentaram num crescimento real do PIB de 7,2%, numa taxa de inflação média anual de 8,0% e num nível de depreciação real do Metical em relação às principais moedas susceptível de estimular as exportações domésticas.

Esta situação sustentou a orientação restritiva das políticas fiscal e monetária, com objectivo de conter as pressões inflacionárias, induzidas pelo excesso de procura interna face à limitada capacidade de oferta interna, factor determinante do desequilíbrio na balança de transacções correntes.

Os pressupostos em referência foram determinados na base de uma conjuntura macroeconómica estável, caracterizada pela retoma do crescimento económico mundial e uma certa estabilidade dos preços dos cereais e dos combustíveis.

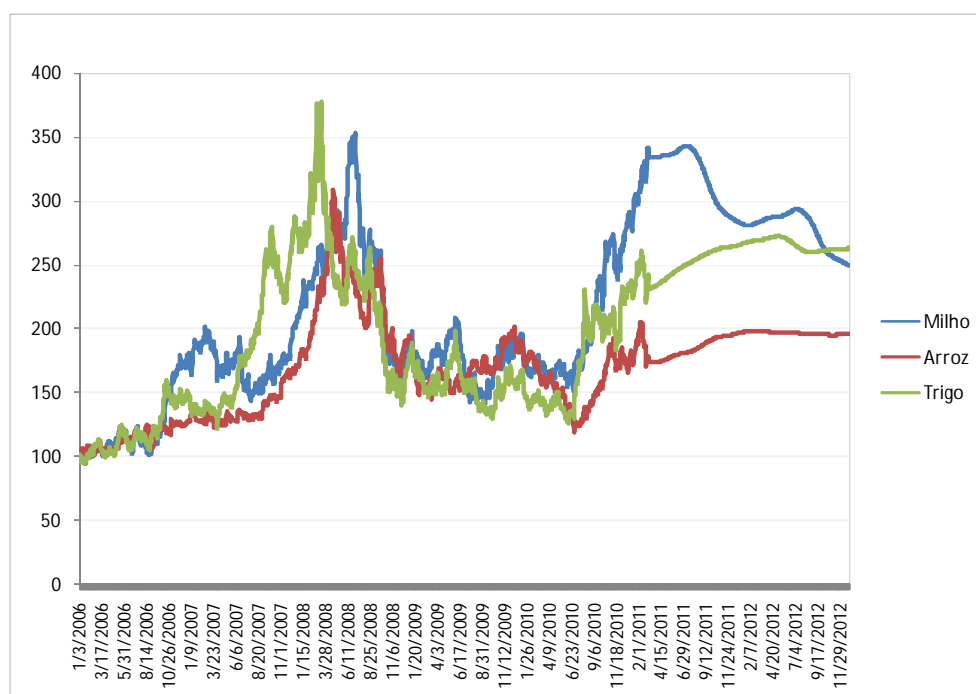
3.1. *Contexto Internacional*

Dados recentes mostram que o nível de actividade económica mundial continuará a ascender, volvidos dois anos após a eclosão da crise económica e financeira internacional. Prevê-se que este crescimento económico se situe em 4,5% em 2011 e 2012. Este nível de crescimento estará ainda associado a altas taxas de desemprego, conjugada com riscos

de uma espiral inflacionária em face da tendência de expansão da procura agregada nas economias emergentes.

As economias emergentes, em particular da África Sub-sahariana, continuarão a manter crescimento acelerado, prevendo-se que atinjam 5,5% em 2011 e 5,9% em 2012. Esta tendência de crescimento rápido enfrenta riscos associados à subida dos preços dos produtos manufacturados, dos alimentos e dos combustíveis no mercado internacional.

Gráfico 2. Tendência dos Preços Internacionais de Produtos Alimentares (2006=100)

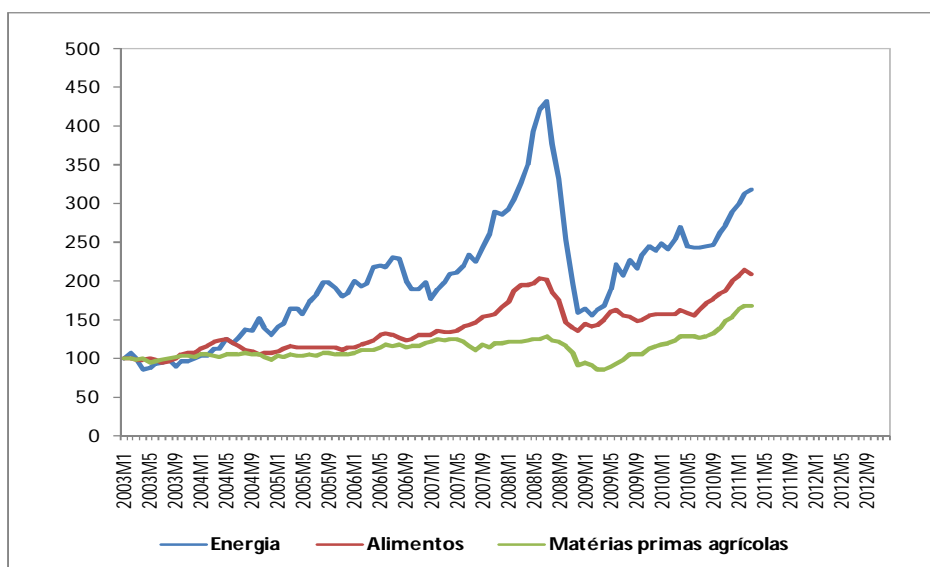


Conforme ilustra o gráfico acima, os preços do milho, arroz e trigo aumentaram mais do que o dobro do preço registado em Junho de 2010, vindo desde então a estabilizar-se em alta nos períodos subsequentes, segundo projecções internacionais recentes.

De Janeiro de 2009 a Março de 2011, os índices dos preços dos alimentos, matérias-primas agrícolas e energia voltaram a registar aumentos

significativos, conforme ilustra o gráfico a seguir. A variação do índice do preço de energia passou de uma base de 100 em Janeiro de 2003, para cerca de 317,3 em Março de 2011, o que significa um aumento do preço em cerca de 217,3%.

Gráfico 3. Índice de Preços dos Produtos Primários (2003=100)



Conforme se pode observar da evolução do índice de preços dos produtos primários entre 2003 a 2012, a alteração da conjuntura internacional poderá contribuir para a prevalência de pressões inflacionárias e instabilidade cambial a nível mundial e doméstico.

3.2. Contexto Nacional

A evolução recente da conjuntura macroeconómica internacional afecta o mercado interno, uma vez que Moçambique depende ainda das importações de bens de consumo, de produtos processados e de bens de capital intermediários para suprir as necessidades do sector produtivo e de consumo interno.

Os dados apresentados no Quadro 2 apontam para uma alteração dos pressupostos inicialmente considerados na programação do Orçamento do Estado para 2011.

Estima-se um incremento de 0,2% na taxa de crescimento real do PIB em relação às previsões, passando assim de 375.000,0 milhões de MT para 379.851,0 milhões de MT. Concorrerão para este aumento, o desempenho sectorial positivo esperado para 2011, com destaque para os sectores de serviços financeiros, construção, transportes e comunicações, agro-pecuária e silvicultura e indústria extractiva, cujo peso real na estrutura do PIB é de 15%, 12%, 10,2%, 10% e 10%, respectivamente.

No geral, estas previsões de crescimento correspondem às perspectivas de investimentos nestas áreas, conforme o abaixo indicado:

- No sector financeiro, a previsão assenta na verificação do aumento dos serviços de intermediação financeira como resultado da expansão das delegações do Banco Central e de instituições financeiras, o que melhorará o ambiente de negócios através da facilitação do acesso a esses serviços;
- Na construção, espera-se o prosseguimento da expansão de infra-estruturas públicas e empreendimentos públicos e privados para o comércio, serviços e habitação;
- Nos transportes e comunicações, o crescimento é justificado pelo incremento da capacidade da oferta interna dos serviços de transporte ao nível dos grandes centros urbanos;

- Na agro-pecuária e silvicultura, suportarão o crescimento a concretização das acções previstas no Plano de Acção para Produção de Alimentos (PAPA), as condições climatéricas favoráveis e as orientações do Governo de incentivo à produção familiar, através da expansão dos serviços de assistência técnica e disponibilização de insumos;
- Na indústria extractiva, o crescimento será sustentado pelo início do processo produtivo do carvão mineral dos empreendimentos de Benga e Moatize.

Quadro 2. Pressupostos Macroeconómicos

	2010		2011	
	Previsão	Real	Lei	Previsão
PIB nominal (milhões de USD)	9,759	9,901	10,218	11,394
PIB nominal (milhões de MT)	324,000	323,226	375,000	379,851
Taxa de crescimento real (%)	6.7	6.5	7.2	7.4
Inflação Média Anual (%)	12.7	12.7	8.0	9.5
Taxa de câmbio MT/USD (média)	33.2	32.6	36.7	32.9

A taxa de câmbio média anual do Metical em relação ao dólar norte americano passará dos 36,7 MT, previstos na Lei Orçamental, para 32,9 MT, em face da recente tendência de apreciação da moeda nacional comparada com as principais moedas como o Euro, dólar norte-americano e o Rand sul-africano. Espera-se garantir a estabilidade da moeda nacional através do reforço dos mecanismos de funcionamento do Mercado Cambial Interbancário.

Por outro lado, os preços internacionais do petróleo vêm registrando uma tendência crescente desde Janeiro de 2005, devido às pressões advenientes do aumento da procura mundial e dos estrangimentos do lado da oferta, impostos pelo agravamento dos custos de extracção e refinamento do crude, aliado às perturbações políticas nos países produtores de petróleo do Médio Oriente e do Norte de África, com efeitos colaterais nas economias menos desenvolvidas, tal como a de Moçambique, o que fundamenta uma revisão da taxa de inflação de 8,0% para 9,5%.

4. Impacto da Variação dos Pressupostos Macroeconómicos no OE 2011

Conforme referido na secção anterior, a actual conjuntura macroeconómica tem sido acompanhada por variações cambiais significativas, pela subida das taxas de juro internas e pelo aumento dos preços do crude e dos alimentos no mercado internacional.

Estes fenómenos têm reflexos, por um lado, no volume de recursos domésticos e externos e, por outro, nos níveis de despesa pública programada para 2011.

Os canais de transmissão por via dos quais as alterações nos pressupostos acima descritos afectam o volume de recursos e as despesas do Estado, são os seguintes:

- a) As variações cambiais caracterizadas pela recente apreciação do Metical em relação ao Dólar e outras moedas de referência como o Rand e Euro poderão concorrer para a redução das receitas sobre o comércio externo e sobre o consumo específico de produtos importados. Contudo, o impacto do aumento do PIB sobre as receitas do Estado absorve o efeito negativo causado pelas variações cambiais.
- b) No que concerne ao financiamento externo ao Orçamento do Estado, as variações cambiais irão concorrer para a redução do valor nominal dos contravalores da ajuda externa (donativos e créditos), reduzindo o volume de recursos externos para o Estado.

- c) Do lado da despesa, reduzir-se-á o montante em Meticais das despesas programadas em moeda externa (transferências ao exterior e os encargos da dívida externa);
- d) O agravamento das taxas de juro decorrente das medidas de refreamento da inflação poderá afectar a procura de investimentos e, a médio prazo, os encargos com o serviço da dívida interna, poderão sofrer um incremento;
- e) O aumento do preço do barril de petróleo contribuirá a curto prazo, para exercer pressões inflacionárias, o que implicará maior racionalização e eficiência no uso dos recursos públicos.

4.1. Impacto nas Receitas do Estado

O aumento do PIB induz o aumento da base colectável e por consequência, um incremento na arrecadação de receitas do Estado. A apreciação da taxa de câmbio afecta negativamente o nível de arrecadação de receitas sobre o comércio externo. Apesar disso, o impacto do aumento do PIB sobre as receitas do Estado é mais elástico do que o efeito negativo causado pelas variações cambiais.

Assim, as receitas do Estado passam para 79.158,0 milhões de MT, correspondendo a um incremento de 5.883,2 milhões de MT, em relação a meta prevista na Lei Orçamental de 2011, o que em percentagem do PIB, representa um aumento de 1,3 pp face a meta de receitas do Estado prevista na Lei Orçamental para 2011 e, 1,1pp face ao nível de realização registado em 2010.

Este incremento no índice de fiscalidade garante o objectivo da política fiscal de incremento mínimo anual do rácio de receitas do Estado sobre o PIB de 0,5 pp. Em média, nos últimos cinco anos, o índice de fiscalidade registou um incremento médio anual de 0,8 pp do PIB.

As alterações previstas nas receitas são resumidamente apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 3. Previsão de Cobrança de Receitas

(milhões de MT)	OE 2011	OE rev. 2011	% PIB	
	Lei	Proposta	Lei 2011	Prop. Rev.
Receitas do Estado	73,274.8	79,158.0	19.5%	20.8%
Receitas Correntes	71,962.3	77,187.0	19.2%	20.3%
Receitas Fiscais	60,796.3	66,775.0	16.2%	17.6%
Impostos sobre rendimentos	23,365.1	22,687.6	6.2%	6.0%
IRPS	11,738.9	10,335.9	3.1%	2.7%
IRPC	11,556.9	12,282.4	3.1%	3.2%
Imposto especial sobre o Jogo	69.3	69.3	0.0%	0.0%
Receitas sobre Bens e Serviços	34,415.9	41,435.0	9.2%	10.9%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	23,439.7	30,457.4	6.3%	8.0%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Nacionais	2,422.3	2,737.1	0.6%	0.7%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Importados	2,038.8	1,507.2	0.5%	0.4%
Imposto s/ Comércio Externo	6,515.2	6,733.3	1.7%	1.8%
Outros Impostos Fiscais	3,015.3	2,652.4	0.8%	0.7%
Receitas Não Fiscais (<i>incl. receitas próprias</i>)	6,314.1	5,533.0	1.7%	1.5%
Receitas Consignadas	4,851.9	4,879.0	1.3%	1.3%
Receitas de Capital	1,312.5	1,971.0	0.4%	0.5%

O aumento do volume de receitas no valor de 5.883,2 milhões de MT decorre de variações nas rubricas a seguir descritas:

- As receitas provenientes dos impostos sobre o rendimento terão uma realização de 22.687,6 milhões de MT, o que representa uma diminuição em 677,5 milhões de MT, fundamentalmente explicada pela redução do valor em Meticais dos rendimentos auferidos em moeda externa;

- Espera-se que os impostos sobre bens e serviços atinjam o montante de 41.435,0 milhões de MT, em consequência do bom desempenho esperado sobretudo no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Este resultado representa uma previsão de cobrança adicional de 7.019,1 milhões de MT;
- Nos outros impostos fiscais, espera-se uma redução em 362,9 milhões de MT, passando para 2.652,4 milhões de MT;
- As receitas não fiscais deverão atingir 5.533,0 milhões de MT, isto é, menos 781,1 milhões de MT das previstas na Lei Orçamental de 2011;
- A meta de cobrança das receitas consignadas é revista para 4.879,0 milhões de MT, representando um incremento de 27,1 milhões de MT;
- As receitas de capital aumentam 658,5 milhões de MT, passando de 1.312,5 milhões de MT previstos na Lei 1/2011, para 1.971,0 milhões de MT, como resultado do aumento dos dividendos das empresas participadas pelo Estado.

4.2. Impacto no Financiamento Externo

O financiamento externo ao Orçamento do Estado é composto por donativos e créditos.

O volume de recursos externos previstos na Lei Orçamental de 2011 é de 58.064,8 milhões de MT, equivalente a 15,5% do PIB e a cerca de 44% da despesa total do Estado, incluindo as operações financeiras.

Deste volume de recursos, 15.810,6 milhões de MT são contravalores para o Apoio Directo ao Orçamento, 24.098,4 milhões de MT representam os

donativos para projectos e fundos comuns e 20.017,6 milhões de MT correspondem aos créditos essencialmente concessionais, mobilizados para financiar o défice orçamental.

Quadro 4. Impacto da Taxa de Câmbio sobre o Financiamento Externo

Milhões de MT	OE 2011 Lei	Variação (Prop Rev.-Lei 2011)	OE 2011 Prop. Rev.	% PIB	
				Lei	Prop. Rev.
Recursos Externos	58,064.8	1,915.8	59,980.6	15.5%	15.8%
Contravalores	16,860.5	-1,049.9	15,810.6	4.5%	4.2%
(Créditos e Donativos)*	15,841.0	-954.3	14,886.7	4.2%	3.9%
Acordos de Retrocessão	1,019.5	-95.6	923.9	0.3%	0.2%
Donativos	24,026.5	71.9	24,098.4	6.4%	6.3%
Para Projectos	15,485.9	127.0	15,612.9	4.1%	4.1%
Fundo Comum	8,540.5	-55.1	8,485.4	2.3%	2.2%
Créditos	17,177.9	2,893.7	20,071.6	4.6%	5.3%
Projectos	17,177.9	2,893.7	20,071.6	4.6%	5.3%

* Apoio Directo ao Orçamento

Uma vez que os contravalores em Meticais relativos ao volume de recursos externos totais foram programados assumindo uma taxa de câmbio média anual de 36,7 MT/USD, a apreciação do MT em relação ao dólar norte americano, que se vem registando desde finais de 2010 reduzirá o volume de recursos externos.

Para efeitos de revisão orçamental, assume-se o reforço do curso restritivo da política monetária e a manutenção da contenção na expansão dos gastos públicos, esperando-se por essa via, reverter a tendência inflacionária dos preços domésticos e reforçar a estabilidade cambial.

Assim, considerou-se para o presente exercício de revisão orçamental uma taxa de câmbio do Metical em relação ao Dólar de 32,9 MT, esperando-se

um aumento líquido no volume de recursos externos no montante de 1.915,8 milhões de MT, assim distribuídos:

- Redução dos contravalores de Apoio Directo ao Orçamento) em 954,3 milhões de MT, o que representa uma variação negativa em percentagem do PIB de 0,3 pp em comparação com o previsto na Lei nº 1/2011, de 5 de Janeiro;
- Aumento dos donativos em 71,9 milhões de MT, contudo, em percentagem do PIB representa uma redução de 0,1 pp, sendo:
 - ✓ Aumento de donativos para projectos em 127,0 milhões de MT, mantendo-se em percentagem do PIB em 4,1%;
 - ✓ Redução dos contravalores em Meticais dos fundos comuns em 55,1 milhões de MT, representando uma redução de 0,1 pp do PIB;
- Os créditos para projectos aumentarão em 2.893,7 milhões de MT, correspondendo a um incremento de 0,7 pp do PIB, como resultado de novas inscrições no OE 2011 de projectos de investimento público com garantia de financiamento externo, à luz do Artigo 6 da Lei Orçamental.

Refira-se que em termos de impacto orçamental no volume de recursos, a queda de recursos externos faz-se sentir no Orçamento do Estado através da redução do contravalor em moeda nacional dos fundos externos canalizados para a Conta Única do Tesouro.

No entanto, em termos globais, a inscrição de projectos novos com garantia de desembolso de 0,7% do PIB, mais do que compensa as perdas nos recursos externos de cerca de 0,5%, resultando num aumento líquido do volume total de recursos externos de cerca de 0,3% do PIB.

4.3. Impacto nas Despesas do Estado

Face à tendência de apreciação do Metical em relação ao Dólar americano e outras moedas de referência, conjugada com o ajustamento da meta de inflação média anual de 8,0% previstos na Lei OE 2011 para 9,5%, o impacto nas rubricas de despesas será caracterizados por:

- Ajustamentos nos encargos da dívida resultante das variações cambiais, reduzindo em 287,9 milhões de MT;
- Ajustamentos das transferências às embaixadas, reduzindo em 213,0 milhões de MT, como resultado igualmente das variações cambiais; e
- Incremento na rubrica da componente externa do investimento em 2.965,7 milhões de MT, como resultado fundamentalmente da inscrição adicional do financiamento externo assegurado.

Nas despesas, as alterações são as que resumidamente constam do quadro a seguir:

Quadro 5. Previsão de Despesas do Estado

(milhões de MT)	OE 2011	OE rev. 2011	Impacto Var. Pressup.	% PIB	
	Lei	Proposta		Lei 2011	Prop. Rev.
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	132,403.1	141,757.2	9,354.1	35.3%	37.3%
Despesas de Funcionamento	68,785.1	73,648.7	4,863.6	18.3%	19.4%
Despesas Correntes	68,467.5	73,290.4	4,822.9	18.3%	19.3%
Despesas com o Pessoal	36,250.0	36,250.0	0.0	9.7%	9.5%
Bens e Serviços	9,763.5	11,501.9	1,738.3	2.6%	3.0%
Encargos da Dívida	3,594.0	3,306.1	-287.9	1.0%	0.9%
Transferências Correntes	11,503.5	12,247.7	744.2	3.1%	3.2%
Subsídio às Empresas e Preços	2,965.2	5,573.6	2,608.4	0.8%	1.5%
Outras Despesas Correntes	4,344.9	4,367.7	22.9	1.2%	1.1%
Exercícios Findos	46.4	43.4	-3.0	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	317.6	358.3	40.7	0.1%	0.1%
Despesas de Investimento	60,043.9	64,751.7	4,707.8	16.0%	17.0%
Componente Interna	18,839.5	20,581.7	1,742.2	5.0%	5.4%
Componente Externa	41,204.3	44,170.0	2,965.7	11.0%	11.6%
Donativos	24,026.5	24,098.4	71.9	6.4%	6.3%
Créditos	17,177.9	20,071.6	2,893.7	4.6%	5.3%
Operações Financeiras	3,574.1	3,356.8	-217.3	1.0%	0.9%
Activas	1,213.9	1,118.3	-95.6	0.3%	0.3%
Passivas	2,360.2	2,238.5	-121.7	0.6%	0.6%

A previsão das despesas aponta para cerca de 141.757,2 milhões de MT, representando um aumento de 9.354,1 milhões de MT, 2,0 pp do PIB acima do limite estabelecido na Lei nº 1/2011 de 5 de Janeiro, que aprovou o OE 2011.

5. Despesas Adicionais a Considerar na Proposta de Revisão do OE 2011

A proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2011 tem por objectivo incorporar na Lei Orçamental o impacto da variação nos pressupostos macroeconómicos e o aumento da receita interna, o que permitirá integrar os encargos associados ao reforço das medidas de política económica e social, iniciadas em Setembro de 2010 e prosseguir a implementação das medidas de racionalização e de contenção das despesas públicas, com vista a garantir a correcção gradual dos desequilíbrios macroeconómicos internos e externos.

O espaço fiscal criado com o volume de recursos adicionais no montante de 5.883,2 milhões de MT é absorvido pelas despesas que a seguir se indicam:

- Reforço das despesas de funcionamento das instituições do Estado no montante de 1.201,3 milhões de MT, com vista a responder à crescente necessidade de providenciar serviços básicos à população;
- Reforço do pacote de medidas destinadas a mitigar o agravamento do custo de vida resultante da tendência de subida dos preços dos produtos e serviços essenciais à população:
 - ✓ Compensação às gasoleiras pelos prejuízos acumulados em 2010, no montante de 110 milhões de dólares, o equivalente a 3.619,0 milhões de MT;
 - ✓ Disponibilidade para financiar a atribuição de cestas básicas, no valor de 335,6 milhões de MT;

- ✓ Verba para acorrer aos encargos com o subsídio ao transportado no valor de 200,0 milhões de MT;
- Participação do Estado no programa de construção e reabilitação de estradas no valor de 1.126,5 milhões de MT, nomeadamente:
 - ✓ Estrada N221 de Caniçado a Chicualacuala, no valor de 442,7 milhões de MT;
 - ✓ Estrada N260 de Chimoio a Chipungaberra, no montante de 406,3 milhões de MT;
 - ✓ Estrada N380 de Mocímboa da Praia a Namoto, no valor de 83,2 milhões de MT;
 - ✓ Estrada N103-R657 de Magige a Cuamba, no montante de 35,8 milhões de MT; e
 - ✓ Estrada Mágoè-Mukumbura no montante de 158,5 milhões de MT.
- Reforço da dotação provisional das despesas de funcionamento no montante de 400,0 milhões de MT, para fazer face às incertezas da conjuntura macroeconómica.

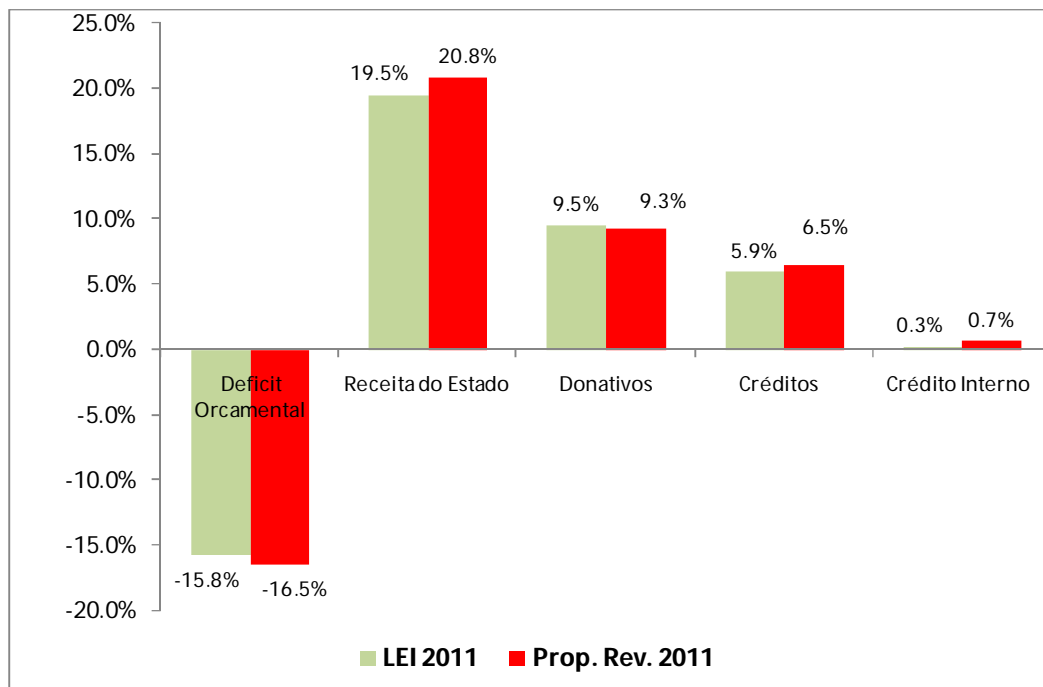
6. Avaliação do Impacto Macro Fiscal Global

A meta de receitas do Estado prevista para o presente exercício é de 79.158,0 milhões de MT, mais 5.883,2 milhões de MT em relação a meta prevista na Lei OE 2011. Assim, em percentagem do PIB as receitas do Estado registrarão um incremento em 1,3 pp face à Lei Orçamental.

As despesas totais, incluindo as operações financeiras, atingem 141.757,2 milhões de MT, correspondente a 37,3% do PIB, mais 2,0 pp do PIB em relação ao limite de despesa aprovado pela Lei Orçamental.

Os níveis de absorção das componentes da estrutura das despesas em percentagem do PIB na proposta de revisão do OE 2011 em relação à proposta inicial reduzem em 0,2 pp para as despesas com pessoal, em 0,1 pp para os encargos da dívida, e aumentam em 0,4 pp nas despesas com bens e serviços, 0,7 pp nas despesas com subsídios às empresas e aos preços e em 1,0 pp nas despesas de investimento.

Gráfico 4. Previsão do Financiamento do OE Revisto para 2011



O gráfico 4 mostra a estrutura do financiamento da proposta de revisão do orçamento do Estado, bem como a composição do financiamento do déficit Orçamental que representa 16,5% do PIB.

O déficit é coberto por recursos externos (donativo e créditos) e por crédito interno, sendo 9,3% de donativos, 6,5% de créditos e 0,7% de crédito interno.

A seguir apresenta-se o mapa demonstrativo do equilíbrio da proposta de revisão do OE 2011.

Quadro 6. Mapa de Equilíbrio Orçamental da Proposta de Revisão do OE 2011

(milhões de MT)	OE 2011	OE rev. 2011	% PIB	
	Lei	Proposta	Lei 2011	Prop. Rev.
Total de Recursos	132,403.1	141,757.2	35.3%	37.3%
Recursos Internos	74,338.3	81,776.6	19.8%	21.5%
Receitas do Estado	73,274.8	79,158.0	19.5%	20.8%
Receitas Correntes	71,962.3	77,187.0	19.2%	20.3%
Receitas Fiscais	60,796.3	66,775.0	16.2%	17.6%
Receitas Não Fiscais (<i>incl. receitas próprias</i>)	6,314.1	5,533.0	1.7%	1.5%
Receitas Consignadas	4,851.9	4,879.0	1.3%	1.3%
Receitas de Capital	1,312.5	1,971.0	0.4%	0.5%
Crédito Interno	1,063.5	2,618.6	0.3%	0.7%
Recursos Externos	58,064.8	59,980.6	15.5%	15.8%
Donativos	35,768.8	35,284.5	9.5%	9.3%
Créditos	22,296.0	24,696.1	5.9%	6.5%
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	132,403.1	141,757.2	35.3%	37.3%
Despesas de Funcionamento	68,785.1	73,648.7	18.3%	19.4%
Despesas Correntes	68,467.5	73,290.4	18.3%	19.3%
Despesas com o Pessoal	36,250.0	36,250.0	9.7%	9.5%
Bens e Serviços	9,763.5	11,501.9	2.6%	3.0%
Encargos da Dívida	3,594.0	3,306.1	1.0%	0.9%
Transferências Correntes	11,503.5	12,247.7	3.1%	3.2%
Subsídio às Empresas e Preços	2,965.2	5,573.6	0.8%	1.5%
Outras Despesas Correntes	4,344.9	4,367.7	1.2%	1.1%
Exercícios Findos	46.4	43.4	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	317.6	358.3	0.1%	0.1%
Despesas de Investimento	60,043.9	64,751.7	16.0%	17.0%
Componente Interna	18,839.5	20,581.7	5.0%	5.4%
Componente Externa	41,204.3	44,170.0	11.0%	11.6%
Donativos	24,026.5	24,098.4	6.4%	6.3%
Créditos	17,177.9	20,071.6	4.6%	5.3%
Operações Financeiras	3,574.1	3,356.8	1.0%	0.9%
Activas	1,213.9	1,118.3	0.3%	0.3%
Passivas	2,360.2	2,238.5	0.6%	0.6%

7. Considerações Finais

A presente proposta de revisão do Orçamento do Estado tem por objectivo incorporar as variações nos pressupostos macroeconómicos resultantes das alterações nos indicadores da conjuntura macroeconómica e financeira internacional e interna, com destaque para a actualização da previsão do crescimento económico, a taxa de inflação média anual, a taxa de câmbio e a meta da receita interna.

Prevê-se um ajustamento na taxa de crescimento económico em termos reais, para 2011, de 7,2% para 7,4%, reflectindo o bom desempenho que se espera para os sectores de serviços financeiros, construção, transportes e comunicações, agropecuária e silvicultura e indústria extractiva, com um peso na estrutura do PIB de 15%, 12%, 10,2%, 10% e 10%, respectivamente.

A taxa de inflação média anual foi ajustada, passando dos actuais 8,0% inicialmente previstos para 2011 para 9,5%, como resultado da recente tendência de agravamento dos preços do crude no mercado internacional conjugada com a subida dos preços dos alimentos, factores que irão concorrer para exercer pressões inflacionárias em face da dependência do país às importações de bens de consumo, bens de capital e outros bens intermediários imprescindíveis ao sector produtivo.

Em face das tendências da apreciação do Metical em relação ao dólar norte americano e às principais moedas de referência, a taxa de câmbio foi ajustada, passando de 36,7 MT/USD considerados na Lei Orçamental para 2011, para 32,9 MT/USD.

Os pressupostos acima, afectam o volume de recursos externos, reduzindo os contravalores de Apoio Directo ao Orçamento em cerca de 954,2 milhões de MT.

Para a elaboração do OE 2011, a previsão do montante das receitas a arrecadar teve como base a previsão da execução do exercício findo, que situava-se em 59.940,0 milhões de MT, equivalente a 18,5% do PIB. Contudo, dados reais de execução do OE 2010, mostram um bom desempenho na arrecadação das receitas do Estado em cerca de 63.488,7 milhões de MT, o equivalente a 19,7% do PIB, um crescimento em cerca de 1,1pp face à previsão de 2010, daí a necessidade de se proceder ao reajustamento da meta.

O volume de receita do Estado revisto aumenta em 5.883,2 milhões de MT, o correspondente a 1,3% do PIB, mais 1,1pp do PIB em relação ao nível de cobrança registado em 2010.

O espaço fiscal adicional criado com a actualização do volume de recursos internos, da presente proposta de revisão do OE, visa fundamentalmente acomodar os encargos com reforço do pacote de medidas tendentes a mitigar o impacto dos choques externos sobre as populações vulneráveis bem como o financiamento de outras acções prioritárias.

As alterações retro mencionadas implicam a necessidade de revisão da Lei Orçamental para o exercício económico de 2011, tanto nas metas da receita como no limite da despesa.

Esta proposta de revisão não altera a orientação do curso restritivo da política orçamental para 2011 visando garantir a manutenção da estabilidade macroeconómica e a criação de condições para a promoção do crescimento

e desenvolvimento económico sustentável, inclusivo e abrangente. Para tal, continuar-se-á a pautar por um rigor e racionalidade na realização dos gastos públicos, pela manutenção das medidas de austeridade orçamental com vista a garantir a contenção das pressões inflacionárias e pela estabilidade cambial e a sustentabilidade das contas públicas à médio e longo prazos.